

Resumos de Livros/Book Reviews

Applications of social sciences to clinical medicine and health policy, edited by Linda H. Aiken & David Mechanic. New Brunswick, N.J. Rutgers University Press, 1986. 588 p.

O livro procura apresentar um panorama da contribuição das ciências sociais para as áreas médicas e para os programas de saúde.

Essas contribuições estariam trabalhadas nas 5 partes do livro.

Na primeira parte apresenta-se uma visão mais geral de como o estado de saúde e a organização da atenção médica se relacionam com processos sociais globais. Na segunda parte são apresentadas as contribuições de métodos e técnicas das Ciências Sociais para os estudos de morbidade e mortalidade assim como da prevenção destes processos; ressalta-se também o papel das Ciências Sociais para avaliar as conseqüências das intervenções técnicas. A terceira parte ocupa-se da atuação das Ciências Sociais no que diz respeito ao estudo de grupos populacionais e etários relevantes para a Saúde Pública: saúde infantil, do adolescente e do idoso, assim como problemas de reprodução humana são objetos de atenção deste capítulo. No capítulo que se segue são apresentados processos sociais importantes em termos de vulnerabilidade a doenças de relações entre parentes e profissionais. Na parte cinco são abordadas questões ligadas à organização e financiamento dos serviços de atenção médica.

Para os autores, apesar dos avanços técnicos e científicos na área "curativa" a ciência da prevenção ainda estaria em seus estágios iniciais necessitando de pesquisas na área comportamental principalmente em função do predomínio de doenças crônicas. Assim, as Ciências Sociais deveriam contribuir para a organização de estudos de vida "construtivos" em termos de saúde. Diante dessa afirmação pressupõe-se que o livro apresente trabalhos de Ciências Sociais em Saúde dentro de uma perspectiva teórica que não é a mais utilizada nos países em desenvolvimento. No entanto, dada sua contribuição como "panorama" de tipos de trabalhos, pode apresentar informações interessantes.

Fabiola Zioni Gomes
Departamento de Prática de Saúde Pública — FSP/USP

Class and health: research and longitudinal data, edited by Richard G. Wilkinson. London, Tavistock Publications, 1986. 223 p.

A obra é composta de 8 partes, escritas por diferentes autores, professores e pesquisadores de várias universidades inglesas, baseando-se, freqüentemente em trabalhos de pesquisas de outros interessados no assunto. Tem sua origem no "Black Report", quando ficou constatado que havia pouco conhecimento sobre as medidas de diferenças de classe social e saúde bem como as causas destas diferenças.

Permeia a obra, o conhecimento de que a existência de desigualdades necessita atenção urgente; é tendência verificada em alguns trabalhos, de que a relação entre desigualdades de classe e índices de morte não pode ser atribuída à recessão econômica apenas. O comportamento da mortalidade diferencial, levanta questões fundamentais sobre a natureza do moderno desenvolvimento social.

Para Wilkinson, autor do primeiro capítulo, a questão da extensão e tendências de diferentes classes na mortalidade, conforme apontam certos dados, é crucial não só para a saúde, mas para o entendimento da direção do atual desenvolvimento social. É notório que os problemas de medida do assunto são complicados e que a interpretação dos dados, não raro, é contraditória, levando à necessidade de pesquisas complementares.

O capítulo propicia uma discussão desses pontos e revê resultados de investigações recentes, abordando interpretação diferencial de dados existentes. O autor é de parecer que o tamanho e a tendência de diferentes classes na mortalidade são importantes não só por questões de saúde em si mesma, mas também porque Saúde serve como barômetro das condições sócio-econômicas em que a população vive.

Marmot, autor do capítulo seguinte, enfoca a classificação social com base na ocupação e mobilidade social subsequente; sugere independência da diferença de classe nos índices de morte, estudando funcionários civis, classificados por sua posição funcional; usa procedimento metodológico singular, podendo os resultados serem aceitos, livres de vieses comumente observados quando é focalizada a variável ocupação.

A mobilidade social é tratada de forma a levar a algumas suposições, como o de que algumas desigualdades em saúde não são atribuíveis

a estruturas sócio-econômicas desiguais; assim, ao invés de ser dito que a população é menos saudável porque seus componentes pertencem a classes mais baixas, é sugerido que eles estão em classes mais baixas porque são menos saudáveis.

Os autores responsáveis pelo capítulo III continuam examinando a questão da mobilidade relacionada à ocupação, classificando mortes em determinado período e, função da classe social do indivíduo; descartam o efeito da mobilidade durante os últimos 5-10 anos de vida, quando o impacto da doença/saúde seria máximo; concluem que a mobilidade social tardia na vida contribui muito pouco para a disparidade em índices de morte entre classes; estes resultados encontram suporte em outros estudos.

A seguir, Wadsworth considera o problema da mobilidade social em relação à doença em jovens; ao invés de tentar ver se a mobilidade social dá uma contribuição significativa à desigualdade de classes gerais na saúde, ele observa o efeito da doença em crianças sobre a subsequente mudança de mobilidade; demonstrou que uma moléstia séria na infância está relacionada à subsequente queda de mobilidade futura. São apresentadas várias análises, com resultados de outros estudiosos do assunto, focalizando, por exemplo, o efeito de uma doença manifesta na mobilidade social, ou então a mobilidade social como fator de discriminação entre o saudável e o doente; verificou-se que, ao invés de ser afetada diretamente por um episódio real de doença, a mobilidade social pode selecionar por características associadas com o potencial de saúde de uma pessoa.

Estudos de Mose, Fox e Jones, responsáveis pelo capítulo 5, sugerem que o desemprego está associado com um muito considerável aumento de taxas de mortalidade, não ficando clara, no entanto, a interferência de outras questões, como por exemplo, problemas psicossociais relacionados ao desemprego.

A seguir é discutido e fortemente sugerido, que baixos ingressos conduzem a um aumento da mortalidade; é suposição de que a distribuição de renda das sociedades desenvolvidas, têm um importante efeito na expectativa de vida, o que conduz a especulações referentes ao nível em que programas de seguro social devem ser fixados.

O autor do VIII capítulo, em análise de estudos longitudinais, aborda a problemática da medida dos efeitos independentes e interativos, que permitam estabelecer as diferenças de mortalidade atribuíveis à uma combinação específica de fatores, dando peso aos riscos relativos associados com fatores tais como: baixa renda,

tamanho da família, desemprego, educação entre outros; tem a vantagem de não descartar os economicamente inativos.

O conteúdo da obra deixa claro que classe, não raro, corresponde a uma mera complexidade indefinida para efeitos de desconhecidas diferenças sócio-econômicas; mas o interesse atual no problema de diferenças de classe em saúde é primariamente uma preocupação com a distribuição social da saúde, mais do que o ordenamento simples de diferenças individuais.

Não é mais aceito que o progresso social está atrelado ao desenvolvimento econômico unicamente; a aspiração humana, em termos de melhoria da igualdade social deve ser conquistada, exigindo até mesmo novas políticas de ação propostas. Entende-se ser a desigualdade no terreno da saúde, uma área importante, na qual a percepção popular de progresso do século 20 pode não ser totalmente verdadeira.

O livro deixa claro que não tem havido um significativo aumento na mobilidade social durante grande parte deste século, continuando a existir desemprego em taxas elevadas, fatores estes inter-relacionados com outros, como esclarecem autores de alguns capítulos.

A publicação contém indicação da metodologia utilizada para o desenvolvimento dos trabalhos, fundamentando-se em excelente bibliografia complementar; são indicadas áreas de pesquisa prioritárias no campo da desigualdade em saúde, com destaque das oportunidades futuras de pesquisa; basicamente, a organização e características de estudos longitudinais, compõem o conteúdo da obra.

Ainda merecem menção o fato de ficar claro que um mesmo assunto pode ser analisado por vários interessados, através de óticas diferentes e procedimentos distintos.

Aracy Witt de Pinho Spinola
Departamento de Prática de Saúde Pública —
FSP/USP

Population policy: research priorities in the developing world: report, by Carmen A. Miró and Joseph E. Potter. London, Frances Pinter, 1980. 197 p.

Relatório elaborado pelo Grupo internacional para Revisão da Pesquisa Social em População e Desenvolvimento (IRG), foi publicado como livro em 1980, fazendo agora parte do acervo da nossa biblioteca. É bastante informativo para aqueles que quiserem ter uma visão panorâmica do estado das artes da política populacional, sob alguns ângulos, ao redor da data de publicação.

Constitui-se de três partes, sendo que na primeira, os autores a partir de um background sócio-econômico e demográfico, apontam as posições governamentais sobre as questões populacionais e cometam sobre as fontes produtoras dos dados existentes e as instituições formadoras de recursos humanos para a pesquisa e docência. Esses aspectos são tratados segundo seis regiões geo-políticas: Sudeste e Sudoeste Asiático, Sul da África Central, Países Árabes, África Sul do Sahara e América Latina. Embora com um espectro geográfico, cultural e econômico amplo, são felizes ao sumarizar as tendências recentes quanto ao desenvolvimento social e econômico das regiões, tentando algumas classificações que facilitam o entendimento dos leitores. Claro está que são resumos parciais, mas no que tange a América Latina, muito suficientes.

Na segunda parte, tomando por base grandes temas demográficos: mortalidade, fecundidade, migração interna e internacional, procuram mostrar o estágio de conhecimento de cada tema fazendo algumas questões a serem preferencialmente pesquisadas. Tecem também comentários sobre os planejadores das políticas. Ao final dessa parte, agora por tipos diversos de abordagem, a partir de conclusões mais gerais sobre as variáveis populacionais que pertencem ao campo de interesse do IRG, sugerem tópicos para futuras pesquisas: processos de mudanças demográficas, pesquisas descritivas, avaliações das políticas e programas públicos, desenvolvimento de arcabouços teóricos consistentes; análise do processo político e estilos de desenvolvimento, e, política populacional.

A terceira e última parte relativa e recursos humanos e institucionais para a pesquisa social em população e desenvolvimento, está dividida

em duas sessões: a primeira intitulada "Resenha da atual situação" retoma as divisões regionais da primeira parte, fazendo um balanço do que existe em termos de treinamento para ensino e pesquisa em população, seja institucional ou mesmo informal considerando tipos de instituições, publicações especializadas, cursos específicos. O alcance nas seis regiões é desigual, mas mais uma vez para a América Latina oferece informações, à época atualizadas, sobre essas alternativas. A segunda sessão dessa última parte trata do que chamam "Algumas questões maiores relativas a quantidade e direção dos futuros financiamentos". Aí, fazem recomendações de vários tipos aos financiadores, levando em conta questões como: financiar projetos individuais ou de instituições, recursos locais e de fora, divulgação dos resultados de pesquisas, o papel das instituições regionais, prioridades dos países, etc.

Na conclusão, os autores observam, que embora a natureza do produto final não estivesse clara ao início do projeto, ao IRG foi permitido uma grande amplitude na busca dos achados e recomendações.

O propósito dessa parte tem a ver com as implicações sobre os procedimentos adotados e com a colaboração de algumas perspectivas procedentes, e que permeiam suas colaborações. Entre elas, sua crença de que as sugestões colocadas concorrem para uma melhoria e refinamento nas políticas, no que se refere à pesquisa e à formação de recursos humanos, sem ter a ingenuidade de pensar que as escolhas seriam fáceis.

Maria Stella Ferreira Levy
Departamento de Epidemiologia —
FSP/USP